



PREGÃO ELETRÔNICO

90022/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
(989221)

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA
VEÍCULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE ANÁPOLIS - GO**

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 84.433,75 (Oitenta e quatro mil quatrocentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

**MENOR PREÇO GLOBAL
EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP :

SIM

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

**PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL
WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR**

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	9
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
8. DO TERMO DE CONTRATO	12
9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	13
10. DO REAJUSTE	15
11. DOS RECURSOS	16
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20
15. ANEXO I. TERMO DE REFERÊNCIA	
15.1. Apêndice do Anexo I. Estudo Técnico Preliminar	
16. ANEXO II. MINUTA DE CONTRATO	

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026.
(Processo Administrativo nº01108.00001994/2025-21)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Anápolis, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiáí, Anápolis - GO, 75110-030, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 48.980, de 27 de abril de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular para veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Anápolis – GO conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será está dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, a participação será em lote único.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os itens deste edital, a participação apresentará os benefícios concedidos a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3 sociedades cooperativas;

2.6.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.5 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.6 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.7 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.8 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, a empresa a que se referem os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

- 3.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 3.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 3.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 3.8. A falsidade de declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1 Valor unitário do item;
- 4.1.2 Marca/fabricante;
- 4.1.3 Quantidade cotada;
- 4.1.3.1. Não havendo quantidade mínima a ser cotada no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).**
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “ABERTO”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

5.10.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.4.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. **Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.**

5.17. Todos os itens serão exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2 empresas brasileiras;

5.19.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.4.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1 conter vícios insanáveis;

6.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta, caso o valor ofertado seja 50%, ou mais, inferior ao valor estimado.

6.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalmente através de anexo no sistema eletrônico do Comprasnet.Gov.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10. **A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

7.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 4 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.11. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 04 (quatro) horas, para:

7.12.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.12.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, o contrato será substituído por Nota de Empenho.

8.2. O Aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.2.1 a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.2.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.3. Os prazos dos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.5. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 48.980/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

FISCALIZAÇÃO

9.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

9.6. Em conformidade com o artigo 12 do Decreto Municipal nº 48.980/2023, cabe ao fiscal:

9.6.1. Prestar informações a respeito da execução dos serviços ou das entregas e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;

9.6.2. Manter o controle das ordens de serviço/compras emitidas e cumpridas, quando cabível;

9.6.3. Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;

9.6.4. Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;

9.6.5. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;

9.6.6. Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;

9.6.7. Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;

9.6.8. Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;

9.6.9. Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;

- 9.6.10. Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;
- 9.6.11. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 9.6.12. Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência.

EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 09 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 48.980/2023, CABE AO GESTOR:

- 9.7. São competências do gestor do contrato:
- 9.8. Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;
- 9.9. Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- 9.10. Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;
- 9.11. Acompanhar o prazo de vigência do contrato;
- 9.12. Formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;
- 9.13. Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;
- 9.14. Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;
- 9.15. Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;
- 9.16. Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;
- 9.17. Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;
- 9.18. Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejem a aplicação de penalidades;
- 9.19. Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;
- 9.20. Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;
- 9.21. Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;
- 9.22. Conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;

- 9.23. Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;
- 9.24. Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 9.25. Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;
- 9.26. Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;
- 9.27. Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;
- 9.28. Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;
- 9.29. Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;
- 9.30. Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;
- 9.31. Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;
- 9.32. Elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.
- 9.33. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 9.34. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.35. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10. DO REAJUSTE

- 10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme artigo 76 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.
- 10.2. O reajuste acontecerá através da aplicação do índice IPCA/IBGE.
- 10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, gradativamente, as seguintes sanções:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar;

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

13.3.1. descumprimento, de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou

13.3.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

12.4. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

12.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:

13.5.1. a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa; e

13.5.2. a aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou de outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal.

12.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital, em contrato ou em outro instrumento obrigacional.

12.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções aqui previstas.

12.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

13.10.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.10.2. der causa à inexecução total do contrato;

13.10.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.10.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.10.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

13.10.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

12.11. Considera-se inexecução total do contrato:

13.11.1. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

13.11.2. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.12. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

13.12.1. será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

13.12.2. a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente;

13.12.3. rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

13.12.4. preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III do § 2º poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

12.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.14. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

13.14.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.14.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.14.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer espécie ou natureza;

13.14.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.14.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.15. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

12.16. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.17. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

12.18. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

12.19. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

12.20. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:

13.20.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

13.20.2. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

13.20.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.

12.21. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

12.22. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.23. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

12.24. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

12.25. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

12.26. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:

13.26.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

13.26.2. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

13.26.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.

12.27. Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

12.28. Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas.

12.29. Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.

12.30. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

12.31. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Prefeitura Municipal de Anápolis, rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

12.32. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Prefeitura Municipal de Anápolis, de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://acessoainformacao.anapolis.go.gov.br/>.
- 14.11. . Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT/CATSER) e as especificações constantes no Edital, prevalecerão as especificações do ANEXO I, Termo de Referência, do Edital.

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1 Anexo I - Termo de Referência;

14.12.2 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

14.12.3 Minuta do Contrato

Anápolis, 09 de abril de 2026.

Arthur Filipe de Oliveira Silva

Gerente de Elaboração de Editais e Análise de
Instrução Processual

Denise Gabriela Dias Gomes

Agente de Contratação

Giselle Alves Cecílio

Diretora de Compras e Licitações

Paulo Roberto Silva

Secretário de Administração, Gestão de Pessoas e
Inovação

TERMO DE REFERÊNCIA**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular para 06(seis) veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Anápolis - GO (CNPJ: 06.169.881/0001-55), utilizados no atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pelo período de 12 (doze) meses para atender as demandas da Secretaria de Saúde nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
30127	Renault Master Furgão Grand 2.3 16V DCI - AMB. Ano: 2024/2025. Chassi: 93YF62004SJ926192. Placa: TGD8J63	01	Unidade	R\$ 14.097,90	R\$ 14.097,90
30127	Renault Master Furgão Grand 2.3 16V DCI - AMB. Ano: 2024/2025. Chassi: 93YF62004SJ926211. Placa: TGE1U03	01	Unidade	R\$ 14.097,90	R\$ 14.097,90
30127	Renault Master Furgão Grand 2.3 16V DCI - AMB. Ano: 2024/2025. Chassi: 93YF62004SJ936189. Placa: TFA1C33	01	Unidade	R\$ 14.097,90	R\$ 14.097,90
30127	Renault Master Furgão Grand 2.3 16V DCI - AMB. Ano: 2024/2025. Chassi: 93YF62004SJ926208. Placa: TFA1C43	01	Unidade	R\$ 14.097,90	R\$ 14.097,90
30127	Renault Master Furgão Vitre Extra 2.3 16V DCI. Ano: 2023/2024. Chassi: 93YF62004SJ926208. Placa: RBK1J53	01	Unidade	R\$ 14.097,90	R\$ 14.097,90
30127	I/M.BENZ 417 FLASH AMB. Ano: 2024/2025. Chassi: 8AC907643SE258219. Placa: TFD9D92	01	Unidade	R\$ 13.944,25	R\$ 13.944,25
TOTAL: R\$ 84.433,75 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos)					

1.2. A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum, e as especificações dos materiais estão definidas, de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de notificação do termo de

início do fornecimento , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. A modalidade da contratação será Pregão, sob a forma eletrônica, conforme os termos do art. 28, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

"O pregão será utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os comuns de engenharia, e será preferencialmente realizado sob a forma eletrônica."

1.5. A forma eletrônica é justificada pela ampla competitividade e redução de custos operacionais.

1.6. O critério de julgamento e adjudicação será o de menor preço global, conforme previsto no artigo 6º, inciso XLVI, e artigo 46 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto da contratação — seguro automotivo para a frota de ambulâncias do SAMU — possui especificações técnicas padronizadas, escopo claramente definido e quantitativos previamente estabelecidos, o que possibilita a comparação objetiva entre as propostas apresentadas.

1.7. A adoção do critério de menor preço global garante maior economicidade e eficiência administrativa, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem comprometer a qualidade dos serviços contratados. Além disso, tal critério promove a ampla competitividade entre os licitantes, em conformidade com os princípios da isonomia, transparência e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no artigo 5º da referida Lei.

1.8. Dessa forma, o julgamento pelo menor preço global mostra-se o mais adequado para a natureza da contratação, considerando a possibilidade de obtenção de melhores condições econômicas e a facilidade de gestão e controle do contrato, uma vez que a remuneração se dará de forma unificada, pelo valor total ofertado para o conjunto do objeto.

1.9. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.10. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição visa atender a necessidade do Serviço de Atendimento móvel de Urgências – SAMU 192.

2.2. O principal objetivo da presente aquisição, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular para cinco veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Anápolis - GO (CNPJ: 06.169.881/0001-55), utilizados no atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pelo período de 12 (doze) meses.

2.3. Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

·Fundamentação legal:

·Lei Federal Nº 14.133/2021

·Lei Complementar Nº 123/2006

·Decreto Municipal nº 48.980/2023

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2 Os serviços fornecidos deverão, sempre que tecnicamente viável, adotar critérios de sustentabilidade ambiental, priorizando produtos fabricados com materiais recicláveis, com maior durabilidade, menor impacto ambiental e que atendam a normas ambientais aplicáveis. A adoção desses critérios será considerada na avaliação técnica do objeto ;

4.2 Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza do objeto, que exige atuação direta da empresa contratada, o que permite à Administração exercer um controle mais eficaz sobre a execução contratual, evitando a pulverização de responsabilidades e assegurando a conformidade com os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

4.3 Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.2 Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.3.3 Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 8.538/2015, a Administração Pública pode destinar até vinte e cinco por cento (25%) do objeto licitado exclusivamente à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), desde que o objeto seja divisível e que tal medida se revele tecnicamente viável e economicamente vantajosa.

4.3.4 Entretanto, no presente caso, a contratação tem por objeto a prestação de serviços de seguro para os veículos oficiais pertencentes à frota do SAMU/Prefeitura de Anápolis, o que configura objeto de natureza indivisível, pois:

- Envolve a cobertura integral e uniforme de todos os veículos segurados, com apólice única, condições gerais padronizadas e gestão centralizada do contrato;

- A divisão do objeto em cotas distintas ou fracionadas entre diferentes empresas inviabilizaria a padronização das condições contratuais, como prêmios, franquias, coberturas e assistência 24 horas, podendo causar riscos administrativos e operacionais;

- O fracionamento do objeto também acarretaria dificuldades de gestão, aumento de custos e ausência de interoperabilidade entre as apólices, contrariando os princípios da economicidade e da eficiência previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.5 Dessa forma, não é tecnicamente viável nem vantajoso aplicar a reserva de cotas prevista no art. 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto indivisível, nos termos do §2º do mesmo artigo, que expressamente veda o fracionamento indevido de licitações.

4.3.6. Assim, a contratação deverá ocorrer sem reserva de cota para ME e EPP, resguardando-se, contudo, a participação ampla e irrestrita de tais empresas na disputa, em igualdade de condições com os demais licitantes.

4.4 Participação de Consórcios

4.4.1 A Lei de nº. 14.133/21, em seu art. 15, traz a possibilidade da participação de consórcios nas licitações promovidas, vinculando à Administração a escolha pela não admissão da participação de consórcios aos casos devidamente fundamentados. A vedação à participação de consórcios justifica-se pela necessidade de garantir maior celeridade, simplicidade na gestão do contrato. A atuação em consórcio poderia dificultar o acompanhamento, a fiscalização e a execução do contrato.

4.5 Padrões de Qualidade

4.5.1 Cobertura Securitária

A empresa contratada deverá fornecer cobertura securitária integral para o veículo especificado neste Termo de Referência, observando, no mínimo, as seguintes garantias:

4.5.2 Danos ao Veículo Segurado (Casco)

Cobertura ampla compreendendo:

- a) Colisão;
- b) Abalroamento;
- c) Capotamento;
- d) Incêndio;
- e) Queda acidental;
- f) Roubo e furto (simples e qualificado);
- g) Perda total e perda parcial;
- h) Danos decorrentes de acidentes diversos.

A indenização deverá corresponder a 100% (cem por cento) do valor constante na Tabela FIPE vigente na data do sinistro.

4.5.3 Cobertura contra Fenômenos da Natureza

Cobertura para danos causados por eventos naturais, incluindo, mas não se limitando a:

Alagamentos;

Enchentes;

Queda de árvores;

Vendavais;

Granizo;

Outros eventos climáticos que causem danos ao veículo segurado.

4.5.4 Responsabilidade Civil Facultativa (RCF)

Cobertura para danos involuntários pessoais e/ou materiais causados:

- a) A terceiros transportados;
- b) A terceiros não transportados;
- c) Em decorrência da utilização e circulação do veículo segurado;
- d) Em razão da atividade operacional da ambulância, inclusive lesões a pacientes durante transporte.

A cobertura destina-se a garantir indenização ao segurado até o limite máximo contratado na apólice, conforme proposta vencedora.

4.5.5 Acidentes Pessoais por Passageiro (APP)

Cobertura para passageiros transportados, contemplando:

- a) Morte;
- b) Invalidez temporária ou permanente, total ou parcial;
- c) Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (DMHO), quando decorrentes de acidente de trânsito com o veículo segurado.

4.5.6 Assistência 24 (vinte e quatro) horas

A seguradora deverá disponibilizar assistência 24h, em todo o território nacional, sem limitação de acionamentos, incluindo:

- a) Guincho: remoção do veículo para oficina ou concessionária mais próxima, sem limite de quilometragem;
- b) Chaveiro: abertura do veículo em caso de perda, extravio ou esquecimento das chaves;
- c) Troca de pneus: substituição do pneu avariado pelo estepe do próprio veículo;

- d) Socorro mecânico: reparos emergenciais no local para viabilizar a locomoção do veículo;
- e) Pane seca: fornecimento emergencial de combustível suficiente para deslocamento até o posto mais próximo ou, não sendo possível, reboque sem custo adicional;
- f) Hospedagem: acomodação do condutor e passageiros, quando o veículo permanecer imobilizado a mais de 100 km do domicílio do segurado;
- g) Transporte alternativo: disponibilização de meio de transporte, inclusive táxi quando cabível, para deslocamento até o destino ou retorno ao domicílio;
- h) Prestação integral de serviços de socorro ou salvamento decorrentes dos riscos cobertos.

4.5.7 Despesas Extraordinárias

Cobertura para despesas decorrentes de sinistro, incluindo:

- a) Remoção do veículo;
- b) Salvamento;
- c) Transporte de pacientes afetados pelo sinistro, quando pertinente;
- d) Outras despesas emergenciais vinculadas ao evento coberto.

4.5.8 Cobertura Básica e Acessórios

Cobertura para:

- a) Casco e demais superfícies;
- b) Vidros completos;
- c) Para-brisas;
- d) Faróis;
- e) Lanternas;
- f) Espelhos retrovisores;

Abrangendo substituição ou reparo.

4.5.9 Extensão Territorial

A cobertura deverá ser válida em todo o território nacional, inclusive em rodovias federais e estaduais, considerando a atuação intermunicipal da ambulância em atendimentos de urgência.

4.5.10 Franquia e Prêmio

O valor da franquia e do prêmio deverá observar:

- a) Análise da sinistralidade do ente;
- b) Práticas de mercado no segmento securitário;
- c) Proposta apresentada pela licitante vencedora.

5.0 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Execução e Emissão da Apólice

5.1.1 A execução do objeto ocorrerá mediante emissão de apólice de seguro veicular, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

5.1.2 O prazo para emissão da apólice será de até 15 (quinze) dias, contados da emissão e envio da Ordem de Serviço.

5.1.3 A apólice deverá possuir vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua emissão, devendo conter todas as informações necessárias para:

- a) Identificação completa da seguradora;

- b) Número da apólice;
- c) Dados do veículo segurado;
- d) Coberturas contratadas;
- e) Valores de franquia;
- f) Canais oficiais de atendimento e acionamento de sinistro;
- g) Procedimentos para comunicação de ocorrência.

5.1.4 A apólice deverá ser encaminhada para:

Endereço físico:

Av. Juscelino Kubitschek, nº 2052, Quadra 38, Lotes 10 a 15, JK Nova Capital, Anápolis-GO

CEP: 75.114-225

Telefone: (62) 3902-6300

5.1.5 Deverá, obrigatoriamente, ser encaminhada versão digital da apólice para os seguintes endereços eletrônicos institucionais:

samu@anapolis.go.gov.br

fahuanny@anapolis.go.gov.br

5.1.6 Caso não seja possível a emissão da apólice no prazo estipulado, a contratada deverá comunicar formalmente as razões justificadoras antes do término do prazo, para análise da Administração, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

5.2 Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.2.1 A garantia do objeto corresponde à própria vigência contratual da apólice, sendo regida pelas condições gerais do contrato de seguro e pela legislação aplicável ao setor securitário.

5.2.2 Aplicam-se, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), especialmente quanto à responsabilidade pela adequada prestação do serviço.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Disposições Gerais

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 48.980/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser formalmente registradas mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.2. Fiscalização do Contrato

6.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, formalmente designados.

6.2.2. Em conformidade com o art. 12 do Decreto Municipal nº 48.980/2023, compete ao fiscal do contrato:

6.2.2.1. Prestar informações sobre a execução dos serviços ou entregas e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades passíveis de penalidade ou glosa;

- 6.2.2.2. Manter controle das ordens de serviço ou de fornecimento emitidas e cumpridas, quando aplicável;
- 6.2.2.3. Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização;
- 6.2.2.4. Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento do contrato;
- 6.2.2.5. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, conforme o objeto e cláusulas contratuais;
- 6.2.2.6. Atestar formalmente a execução do objeto contratual, bem como as notas fiscais e faturas correspondentes;
- 6.2.2.7. Informar ao gestor do contrato sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados;
- 6.2.2.8. Propor soluções para regularização das falhas observadas, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- 6.2.2.9. Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre obrigações que impactem a fiscalização;
- 6.2.2.10. Utilizar, quando aplicável, o Instrumento de Medição de Resultado – IMR;
- 6.2.2.11. Monitorar continuamente a qualidade da execução contratual, intervindo para correção de falhas;
- 6.2.2.12. Apresentar ao preposto da contratada as avaliações de execução, desempenho e qualidade, obtendo sua ciência.

6.3. Gestão do Contrato

6.3.1. Em conformidade com o art. 9º do Decreto Municipal nº 48.980/2023, a gestão do contrato será exercida por servidor formalmente designado.

6.3.2. Compete ao gestor do contrato:

- 6.3.2.1. Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos das contratações sob sua responsabilidade;
- 6.3.2.2. Manter registro atualizado das ocorrências relativas à execução do contrato;
- 6.3.2.3. Acompanhar e assegurar o cumprimento do cronograma de execução e dos prazos contratuais;
- 6.3.2.4. Acompanhar o prazo de vigência contratual;
- 6.3.2.5. Formalizar o recebimento definitivo de bens ou serviços, mediante termo circunstanciado;
- 6.3.2.6. Solicitar, de forma motivada, a rescisão contratual;
- 6.3.2.7. Emitir parecer sobre fatos relacionados à gestão do contrato, quando solicitado;
- 6.3.2.8. Orientar a contratada quanto aos procedimentos a serem adotados durante a execução;
- 6.3.2.9. Solicitar justificadamente a substituição de preposto ou empregado da contratada;
- 6.3.2.10. Determinar formalmente a regularização de falhas ou defeitos, fixando prazo para correção;
- 6.3.2.11. Relatar ao órgão competente descumprimentos contratuais ou ocorrências que possam ensejar penalidades;
- 6.3.2.12. Comunicar danos ou desvios causados ao patrimônio público ou a terceiros;
- 6.3.2.13. Solicitar alterações, acréscimos ou supressões contratuais, observada a legislação;
- 6.3.2.14. Solicitar orientação técnica aos órgãos competentes da Administração;
- 6.3.2.15. Conferir o atesto do fiscal e encaminhar notas fiscais ou faturas para pagamento, com glosas

quando cabíveis;

6.3.2.16. Solicitar emissão, reforço ou anulação de empenhos, bem como inclusão em restos a pagar;

6.3.2.17. Solicitar prestação, renovação, substituição ou liberação de garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021;

6.3.2.18. Executar outras ações necessárias à gestão eficiente do contrato;

6.3.2.19. Agendar e controlar os prazos contratuais;

6.3.2.20. Comunicar-se com a Administração ou terceiros sempre por escrito;

6.3.2.21. Notificar formalmente a contratada sobre decisões que impactem o contrato;

6.3.2.22. Fundamentar, por escrito, todas as decisões adotadas;

6.3.2.23. Juntar aos autos todos os documentos obrigatórios à gestão contratual;

6.3.2.24. Instruir processos apartados quando necessário;

6.3.2.25. Elaborar relatório periódico sobre a execução e qualidade dos serviços;

6.3.2.26. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhando empenhos, pagamentos, garantias, glosas e termos aditivos.

6.4. Reunião Inicial de Alinhamento

6.4.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar a contratada para reunião inicial, destinada à apresentação do plano de fiscalização, contendo, no mínimo, informações sobre obrigações contratuais, mecanismos de controle, estratégias de execução, métodos de aferição de resultados e sanções aplicáveis.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e de seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições constantes do Anexo VII do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.

7.2. Das Sanções Aplicáveis

7.2.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, de forma gradativa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.3. Da Advertência

7.3.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I – descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave;

II – inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar sanção mais grave.

7.3.2. Considera-se de pequena relevância o descumprimento de obrigações instrumentais ou formais que não impactem objetivamente a execução do contrato nem causem prejuízos à Administração.

7.4. Da Multa

7.4.1. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, observado que:

I – a aplicação da multa será precedida do contraditório e da ampla defesa;

II – a multa moratória poderá ser convertida em compensatória, cumulando-se com a extinção unilateral do contrato e outras sanções legais.

7.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido pela Administração, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

7.4.3. A multa poderá ser descontada de pagamentos devidos em outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

7.4.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório.

7.4.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.5. Do Impedimento de Licitar e Contratar

7.5.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada quando não se justificar sanção mais grave, nos seguintes casos:

I – inexecução parcial de gravidade relevante ou que cause grave dano à Administração;

II – inexecução total do contrato;

III – não entrega da documentação exigida;

IV – não manutenção da proposta;

V – não celebração do contrato quando convocado;

VI – retardamento injustificado da execução ou entrega do objeto.

7.5.2. Considera-se inexecução total:

I – a recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação;

II – a recusa injustificada em assinar contrato, ata de registro de preços ou instrumento equivalente.

7.5.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Anápolis pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.6. Do Procedimento para Apuração

7.6.1. Evidenciada a inexecução ou o retardamento do contrato:

I – o contratado será intimado a apresentar justificativa no prazo de 2 (dois) dias úteis;

II – a justificativa será analisada pela autoridade competente;

III – rejeitada a justificativa, será instaurado processo de apuração de responsabilidade;

IV – poderá ser concedido prazo de até 10 (dez) dias úteis para adequação da execução contratual.

7.7. Da Declaração de Inidoneidade

7.7.1. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada quando o contratado:

I – apresentar documentação ou declaração falsa;

II – fraudar a licitação ou o contrato;

III – praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;

IV – cometer atos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

7.7.2. A declaração de inidoneidade impedirá o sancionado de licitar ou contratar com o Município de Anápolis pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.8. Da Dosimetria e Cumulação

7.8.1. O cometimento de mais de uma infração sujeitará o infrator à sanção mais grave, considerando-se as

demais como circunstância agravante.

7.8.2. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, inclusive com multa.

7.9. Das Multas Específicas

7.9.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia útil de atraso, sobre o valor do saldo não atendido.

7.9.2. Multa administrativa de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme a gravidade da infração.

7.9.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do contrato.

7.9.4. As multas não têm caráter compensatório e não eximem o contratado das perdas e danos.

7.9.5. Nas reincidências, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitado o limite legal.

7.10. Disposições Finais

7.10.1. A aplicação das sanções não afasta o direito da Administração de rescindir unilateralmente o contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE

8.1. Do Recebimento do Objeto

8.1.1. Compete ao fornecedor a entrega do objeto contratado, correndo por sua conta e risco todas as operações, inclusive fretes, embalagens, carga e descarga.

8.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado.

8.1.5. Para contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.1.6. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.7. Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto, no que se refere à dimensão, qualidade ou quantidade, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

8.1.8. O prazo para solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

8.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.10. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias ao funcionamento ou uso do bem correrão por conta da contratada e constituem condição para o recebimento do objeto.

8.2. Da Liquidação da Despesa

8.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, conforme art. 66 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento equivalente contém, no mínimo, os seguintes elementos:

I – prazo de validade;

II – data de emissão;

III – identificação do contrato e do órgão contratante;

IV – período de execução do contrato;

V – valor a pagar;

VI – destaque das retenções tributárias cabíveis, quando houver.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as correções necessárias, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus para o contratante.

8.2.4. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, verificada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, por outros meios admitidos no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração realizará consulta ao SICAF para:

I – verificar a manutenção das condições de habilitação;

II – identificar eventual impedimento de contratar com o Poder Público.

8.2.6. Constatada irregularidade fiscal, a contratada será notificada para regularização ou apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

8.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante comunicará aos órgãos competentes e adotará as providências cabíveis, inclusive a eventual rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.2.8. Havendo execução regular do objeto, os pagamentos poderão ser realizados até a decisão definitiva quanto à rescisão contratual.

8.3. Do Prazo e Forma de Pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme art. 66 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

8.3.2. Em caso de atraso imputável ao contratante, os valores devidos serão atualizados monetariamente com base no índice IPCA, desde o término do prazo de pagamento até a data da efetiva quitação.

8.3.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pela contratada.

8.3.4. Considera-se como data do pagamento aquela em que for emitida a ordem bancária.

8.3.5. No pagamento serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

8.3.6. A contratada optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenções relativas aos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente sua condição.

8.4. Do Reajuste

8.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, nos termos do art. 76 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

8.4.2. Após esse período, o reajuste será aplicado com base no índice IPCA/IBGE.

8.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.4. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de utilização do índice previsto, será adotado índice substituto definido pela legislação vigente.

8.4.5. Na ausência de previsão legal de índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial mediante termo aditivo ou apostilamento.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Obrigações Gerais

9.1.1. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o Termo de Referência, seus anexos e demais instrumentos que integrem a contratação.

9.1.2. Receber o objeto contratado no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência.

9.1.3. Notificar o contratado, por escrito, acerca de vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para substituição, reparação ou correção, total ou parcial, às expensas do contratado, certificando-se de que as soluções apresentadas sejam adequadas.

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado, por meio de gestor e fiscal designados.

9.1.5. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento contratual.

9.1.6. Aplicar ao contratado as sanções administrativas previstas na legislação vigente, no edital e no Termo de Referência, quando cabíveis.

9.2. Obrigações Administrativas e Procedimentais

9.2.1. Manifestar-se expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou destituídos de interesse para a boa execução do contrato.

9.2.2. O prazo para decisão administrativa será de até 15 (quinze) dias, contados da data do protocolo do requerimento, admitida prorrogação por igual período, mediante justificativa expressa.

9.2.3. Responder aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, observada a legislação aplicável.

9.2.4. Notificar os emitentes das garantias contratuais acerca da instauração de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando houver.

9.3. Responsabilidade Institucional

9.3.1. Comunicar ao órgão de representação judicial competente para adoção das medidas cabíveis, quando constatado o descumprimento de obrigações contratuais pelo contratado.

9.3.2. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, nem por quaisquer danos causados a terceiros decorrentes de atos do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Obrigações Gerais

10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações constantes do Termo de Referência, de seus anexos e do instrumento contratual, assumindo, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.1.2. Entregar o objeto contratado acompanhado da relação atualizada da rede de assistência técnica autorizada, quando aplicável.

10.1.3. Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo, devidamente comprovados.

10.1.4. Atender prontamente às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato, ou por autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados.

10.2. Qualidade, Responsabilidade e Correções

10.2.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto ou de sua execução, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e da legislação aplicável.

10.2.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, no prazo fixado pela fiscalização, os bens ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.2.3. Responder por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, decorrente da execução contratual, não se excluindo ou reduzindo tal responsabilidade em razão da fiscalização exercida pelo Contratante, podendo este promover o desconto dos valores correspondentes dos pagamentos devidos ou da garantia contratual, se houver.

10.2.4. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente ou fato relevante verificado durante a execução do objeto contratual.

10.2.5. Paralisar, quando determinado pelo Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que represente risco à segurança de pessoas ou bens.

10.3. Regularidade Fiscal, Trabalhista e Cadastral

10.3.1. Manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação exigidas na licitação ou na contratação direta, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.3.2. Quando não for possível a verificação da regularidade por meio do Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, apresentar, juntamente com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões de regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.3.3. Responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante nem poderá onerar o objeto da contratação.

10.4. Recursos Humanos, Segurança e Conformidade Legal

10.4.1. Alocar empregados em número suficiente, com habilitação e qualificação adequadas, para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade, qualidade e tecnologia compatíveis com a boa técnica e a legislação vigente.

10.4.2. Cumprir, durante toda a execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, bem como comprovar seu atendimento sempre que solicitado pela fiscalização.

10.4.3. Cumprir as normas de segurança, saúde e proteção ao trabalho, bem como aquelas estabelecidas pelo Contratante.

10.4.4. Não permitir a utilização de trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nem permitir trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, observada a legislação vigente.

10.4.5. Não submeter trabalhadores a condições degradantes, jornadas exaustivas, trabalho forçado, servidão por dívida ou quaisquer práticas vedadas pela legislação trabalhista e de direitos humanos.

10.5. Proteção de Dados, Sigilo e Conduta Ética

10.5.1. Guardar sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em razão da execução do contrato.

10.5.2. Orientar e treinar seus empregados quanto aos deveres previstos na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), adotando medidas eficazes para proteção dos dados pessoais tratados no âmbito da execução contratual.

10.5.3. Receber, apurar e dar tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência, assédio moral ou sexual no ambiente de trabalho, adotando providências cabíveis.

10.6. Aspectos Operacionais e Econômicos

10.6.1. Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto a custos variáveis futuros e incertos, complementando-os, se necessário, exceto nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

10.6.2. Submeter previamente ao Contratante, por escrito, para análise e aprovação, quaisquer alterações nos métodos executivos que se afastem das especificações do Termo de Referência ou instrumento equivalente.

10.6.3. Conduzir a execução do contrato com estrita observância às normas legais e regulamentares aplicáveis, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos e mantendo o local de execução em condições adequadas de segurança, higiene e disciplina.

11. HABILITAÇÃO

11.1. Considerações Gerais

11.1.1. A habilitação dos licitantes observará o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, bem como as normas complementares estabelecidas pelo Decreto Municipal de Anápolis nº 48.980/2023, sendo exigida exclusivamente a documentação necessária e suficiente para comprovar a aptidão jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica dos interessados, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e proporcionalidade.

11.2. Habilitação Jurídica

11.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.2.2. Comprovação da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

11.2.3. Microempreendedor Individual – MEI: apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio oficial do Governo Federal.

11.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório dos administradores.

11.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal, conforme a Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020.

11.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.2.7. Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência, com averbação no registro da sede da matriz.

11.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, devidamente registrados, acompanhados do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

11.2.9. Ato de autorização para o exercício da atividade, quando exigido por legislação específica, expedido pelo órgão competente.

11.2.10. Todos os documentos deverão estar acompanhados de suas respectivas alterações ou da consolidação vigente.

11.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

11.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, conforme o caso.

11.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

11.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

11.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa – CNDT.

11.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital, quando aplicável, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

11.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, relativa aos tributos municipais do domicílio ou sede do licitante.

11.3.8. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual – MEI, que pretenda usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, na forma da legislação.

11.3.9. Declaração formal de que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.4. Qualificação Econômico-Financeira

11.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

11.4.2. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis

dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), calculados pelas seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG):

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Solvência Geral (SG):

Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Liquidez Corrente (LC):

Ativo Circulante
Passivo Circulante

11.4.3. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices referidos, será exigido capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

11.4.4. Os indicadores deverão ser atendidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

11.4.5. No caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos limitar-se-ão ao último exercício.

11.4.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.4.7. O atendimento dos índices econômicos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional legalmente habilitado da área contábil.

11.4.8. A qualificação econômico-financeira tem por finalidade assegurar a capacidade da empresa para execução regular, contínua e segura do contrato.

11.5. Qualificação Técnica

11.5.1. Certidão de Autorização para Funcionamento expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em plena validade, compatível com o objeto da contratação.

11.5.2. Declaração formal de inexistência de sanções administrativas vigentes aplicadas pela SUSEP que impeçam a atuação da empresa no ramo de seguros.

11.5.3. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já executou ou esteja executando serviços com características compatíveis e pertinentes ao objeto desta contratação, nos termos do art. 67, §§ 1º e 4º, da Lei nº 14.133/2021.

11.5.4. Os atestados de capacidade técnica deverão comprovar a execução de parcelas de maior relevância do objeto, assim consideradas aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor estimado da contratação, observando-se o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) das quantidades dessas parcelas.

11.5.5. Será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados para fins de comprovação da capacidade técnica mínima exigida.

11.5.6. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

11.5.7. O fornecedor deverá disponibilizar, sempre que solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da autenticidade e legitimidade dos atestados apresentados.

A exigência de atestado(s) de capacidade técnica visa assegurar que as empresas participantes possuam capacidade operacional, técnica e estrutural compatível com a complexidade do objeto, reduzindo riscos de inadimplemento contratual, falhas na cobertura securitária, atrasos na regulação de sinistros e prejuízos à continuidade dos serviços públicos de saúde.

Tal exigência encontra respaldo legal no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, observando os limites legais e os princípios da competitividade, proporcionalidade e razoabilidade, não configurando restrição indevida à participação de licitantes.

11.6. Justificativa da Qualificação Técnica Exigida

(Art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021)

11.6.1. Fundamentação Legal

Nos termos do art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, a definição das exigências de qualificação técnica deve ser precedida de motivação circunstanciada, de modo a demonstrar sua pertinência, proporcionalidade e adequação às características do objeto da contratação.

11.6.2. Contextualização do Objeto

No presente caso, a exigência de qualificação técnica mostra-se necessária e adequada em razão da natureza do objeto, consistente na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular para veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Anápolis, os quais são utilizados na execução de atividades essenciais à prestação de serviços públicos de saúde, incluindo transporte de pacientes e apoio à rede assistencial.

11.6.3. Necessidade de Capacidade Técnica Comprovada

A adequada execução do contrato exige que a contratada possua:

experiência comprovada;

estrutura operacional compatível;

capacidade técnica consolidada; e

regularidade perante o órgão regulador do setor securitário,

de modo a garantir a efetividade das coberturas contratadas, a tempestiva regulação de sinistros e a continuidade dos serviços públicos.

11.6.4. Requisitos de Qualificação Técnica Exigidos e Justificativas

11.6.4.1. Certidão de Autorização para Funcionamento expedida pela SUSEP

A exigência de Certidão de Autorização para Funcionamento emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP decorre de imposição legal e regulatória, uma vez que somente empresas regularmente autorizadas podem operar no mercado de seguros no território nacional, nos termos da legislação específica. Tal requisito assegura que a licitante esteja legalmente habilitada a exercer a atividade objeto da contratação, mitigando riscos jurídicos e operacionais à Administração.

11.6.4.2. Declaração de inexistência de sanções vigentes aplicadas pela SUSEP

A exigência visa assegurar que a empresa não esteja impedida, suspensa ou sujeita a restrições regulatórias que comprometam sua capacidade de prestar os serviços contratados, protegendo o interesse público contra riscos de paralisação, intervenção administrativa ou nulidade contratual.

11.6.4.3. Atestado(s) de Capacidade Técnica

A exigência de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, encontra respaldo no art. 67, §§ 1º e 4º, da Lei nº 14.133/2021, e tem por finalidade

comprovar que a licitante possui aptidão operacional compatível com o objeto da contratação.

A exigência foi limitada às parcelas de maior relevância do objeto, assim consideradas aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% do valor estimado da contratação, observando-se o limite máximo de 50% das quantidades dessas parcelas, conforme autoriza o § 4º do art. 67, sendo vedadas exigências de tempo mínimo de execução ou de local específico.

11.6.4.3.1. Critérios Complementares Aplicáveis aos Atestados

- a) É admitido o somatório de atestados, de forma a ampliar a competitividade;
- b) Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial;
- c) Não se exige experiência anterior com a Administração Pública, mas apenas compatibilidade técnica com o objeto contratado.

11.6.5. Proporcionalidade e Adequação das Exigências

As exigências de qualificação técnica foram definidas de forma proporcional, razoável e compatível com os riscos da contratação, não configurando barreira indevida à competitividade, mas instrumento legítimo de mitigação de riscos, em consonância com os princípios previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

A ausência de qualificação técnica adequada poderia resultar em falhas na cobertura securitária, atrasos na regulação de sinistros, prejuízos ao erário e interrupção de serviços públicos essenciais, razão pela qual as exigências adotadas mostram-se indispensáveis à segurança e eficiência da contratação.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 84.433,75 (oitenta e quatro mil e quatrocentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima].

12.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Dotação Orçamentária emitida pelo Município.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

13.2.1. Fonte de Recurso: 131.020.

13.2.2 Elemento de despesa: 3.3.90.39.

13.2.3 Dotação Orçamentária: 10.302.1117.2745.

14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. FORO

15.1. Fica definido o Foro da Comarca do Município de Anápolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Anápolis, 08 de abril de 2026.

FAHUANNY ALVES MARTINS FAHL
Servidor Municipal

VANESSA R. DE OLIVEIRA TEIXEIRA COSTA
Coordenadora do SAMU

LARA DAYSE DE PAULA LIMIRO MATINS
Diretora de Urgência e Emergência

JAQUELINE GONÇALVES ROCHA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Fahuanny Alves Martins**, **Servidor Municipal**, em 08/04/2026, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rosa de Oliveira Teixeira Costa**, **Coordenador(a)**, em 08/04/2026, às 15:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2333556** e o código CRC **A973AAF1**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Estudo Técnico Preliminar - ETP Nº 18/2025 - SEMUSA/DIUE/CSAMU/DEPCO

Em 17 de outubro de 2025.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP (atualização)

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, I, Lei nº 14.133/2021).

A presente contratação tem por objetivo a **contratação de serviço de seguro veicular para as ambulâncias que compõem a frota do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)** vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de **garantir a continuidade, segurança e eficiência dos serviços de urgência e emergência prestados à população.**

A necessidade da contratação justifica-se pelo fato de que **parte das ambulâncias atualmente em operação encontra-se sem cobertura securitária**, em razão de **não terem sido incluídas na apólice vigente ou terem sido incorporadas posteriormente à frota**, seja por aquisição recente, substituição ou remanejamento. Essa situação expõe o patrimônio público a riscos consideráveis, uma vez que tais veículos estão sujeitos a **eventuais sinistros, colisões, furtos, roubos e outros danos materiais**, em decorrência da natureza e da intensidade do uso nas atividades operacionais do SAMU.

Ressalta-se que as ambulâncias são **bens públicos de alto valor agregado e de utilização essencial**, utilizados diariamente em situações emergenciais que exigem deslocamento rápido, contínuo e, por vezes, em condições adversas. Assim, a ausência de cobertura securitária representa **risco financeiro e administrativo significativo ao erário**, podendo acarretar prejuízos à prestação dos serviços de saúde em caso de perda ou dano de qualquer veículo.

Dessa forma, a contratação do seguro veicular visa **resguardar o patrimônio público, reduzir impactos financeiros decorrentes de sinistros e assegurar a plena operacionalidade da frota do SAMU**, garantindo a manutenção ininterrupta das atividades de assistência pré-hospitalar de urgência e emergência, em conformidade com os princípios da **eficiência, economicidade e continuidade do serviço público** previstos na Lei nº 14.133/2021.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, II, Lei nº 14.133/2021).

Embora a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) esteja prevista na Lei nº 14.133/2021 como instrumento obrigatório de planejamento das contratações públicas, informa-se que, até o presente momento, o Município de Anápolis ainda não instituiu, de forma definitiva, a implementação do PCA em sua estrutura administrativa.

Ressalta-se, contudo, que a demanda está alinhada ao interesse público e à necessidade administrativa identificada pelos órgãos municipais, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos, que orientam o planejamento das contratações.

3 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III, Lei nº 14.133/2021.)

Normas

Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que **dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados**, regula as operações de seguro e resseguro, e estabelece normas para o funcionamento das empresas e entidades que atuam nesse setor.

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Os serviços fornecidos deverão, sempre que tecnicamente viável, adotar critérios de sustentabilidade ambiental, priorizando produtos fabricados com materiais recicláveis, com maior durabilidade, menor impacto ambiental e que atendam a normas ambientais aplicáveis. A adoção desses critérios será considerada na avaliação técnica do objeto;

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza do objeto, que exige atuação direta da empresa contratada, o que permite à Administração exercer um controle mais eficaz sobre a execução contratual, evitando a pulverização de responsabilidades e assegurando a conformidade com os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 8.538/2015, a Administração Pública pode destinar até vinte e cinco por cento (25%) do objeto licitado exclusivamente à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), desde que o objeto seja **divisível** e que tal medida se revele **tecnicamente viável e economicamente vantajosa**.

Entretanto, **no presente caso**, a contratação tem por objeto a **prestação de serviços de seguro para os veículos oficiais pertencentes à frota do SAMU/Prefeitura de Anápolis**, o que configura **objeto de natureza indivisível**, pois:

- Envolve a **cobertura integral e uniforme de todos os veículos segurados**, com apólice única, condições gerais padronizadas e gestão centralizada do contrato;
- A **divisão do objeto** em cotas distintas ou fracionadas entre diferentes empresas **inviabilizaria a padronização das condições contratuais**, como prêmios, franquias, coberturas e assistência 24 horas, podendo causar **riscos administrativos e operacionais**;
- O **fracionamento do objeto** também acarretaria **dificuldades de gestão, aumento de custos e ausência de interoperabilidade** entre as apólices, contrariando os princípios da **economicidade e da eficiência** previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, **não é tecnicamente viável nem vantajoso** aplicar a reserva de cotas prevista no art. 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de **objeto indivisível**, nos termos do §2º do mesmo artigo, que expressamente veda o fracionamento indevido de licitações.

Assim, a contratação deverá ocorrer **sem reserva de cota para ME e EPP**, resguardando-se, contudo, a **participação ampla e irrestrita** de tais empresas na disputa, em igualdade de condições com os demais licitantes.

Participação de Consórcios

A Lei de nº. 14.133/21, em seu art. 15, traz a possibilidade da participação de consórcios nas licitações promovidas, vinculando à Administração a escolha pela não admissão da participação de consórcios aos casos devidamente fundamentados. A vedação à participação de consórcios justifica-se pela necessidade de garantir maior celeridade, simplicidade na gestão do contrato. A atuação em consórcio poderia dificultar o acompanhamento, a fiscalização e a execução do contrato.

Padrões de qualidade – embalagem, personalização se for necessária, etc

A apólice deverá, no mínimo, contemplar as seguintes coberturas:

- **Casco (colisão, incêndio, perda total e parcial)** — cobertura ampla para danos materiais ao veículo segurado roubo e furto (simples e qualificado)
- **Responsabilidade Civil Facultativa (RCF)** — danos materiais e corporais a terceiros — limites mínimos por evento

- **Acidentes pessoais de passageiros (AP)** — cobertura por morte e invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito a bordo da ambulância, com limites por pessoa, danos a terceiros decorrentes de atividade operacional (por exemplo, lesões de pacientes durante transporte)
- **Assistência 24 horas nacional** — guincho, reboque, transporte de veículos, socorro em pane, chaveiro, traslado para condutor, troca de pneus, entre outros serviços emergenciais (descrição de serviços e prazos de atendimento)
- **Despesas extraordinárias** — remoção, salvados, transporte de pacientes afetados pelo sinistro (quando pertinentes), com limite por evento
- **Extensão territorial** — cobertura em todo o território nacional, inclusive em rodovias federais/estadual quando ambulâncias atuam em atendimento de urgência intermunicipal
- Valor da Franquia e Prêmio: Definição com base na análise da sinistralidade e valores praticados no mercado segurador.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (art. 18, §1º, IV, Lei nº 14.133/2021).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID [DGDG9] [DGDG10] [DGDG11]	QTD
1.	Renault Master Furgão Grand 2.3 16V DCI - AMB. Ano: 2024/2025. Chassi: 93YF62004SJ926192. Placa: TGD8J63	Unidade	01
2.	Renault Master Furgão Grand 2.3 16V DCI - AMB. Ano: 2024/2025. Chassi: 93YF62004SJ926211. Placa: TGE1U03	Unidade	01
3.	Renault Master Furgão Grand 2.3 16V DCI - AMB. Ano: 2024/2025. Chassi: 93YF62004SJ936189. Placa: TFA1C33	Unidade	01
4.	Renault Master Furgão Grand 2.3 16V DCI - AMB. Ano: 2024/2025. Chassi: 93YF62004SJ926208. Placa: TFA1C43	Unidade	01
5.	Renault Master Furgão Vitre Extra 2.3 16V DCI. Ano: 2023/2024. Chassi: 93YF62004SJ926208. Placa: RBK1J53	Unidade	01
6.	I/M.BENZ 417 FLASH AMB. Ano: 2024/2025. Chassi: 8AC907643SE258219. Placa: TFD9D92	Unidade	01

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, V, Lei nº 14.133/2021).

Para atendimento da necessidade identificada, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis e avaliar, sob os aspectos técnicos e econômicos, qual apresenta a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública Municipal. A análise considerou o disposto no art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021.

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para a contratação de seguro para a frota de ambulâncias do SAMU, avaliando-se, sob os aspectos técnicos e econômicos, aquela que apresenta a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública Municipal. O estudo compreendeu a análise de contratações similares realizadas por outros entes da federação, a obtenção de cotações junto a empresas especializadas e devidamente autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), bem como a consideração das experiências internas da própria Administração, de modo a fundamentar tecnicamente a escolha da solução mais adequada.

A partir da pesquisa realizada, foram identificadas duas alternativas viáveis para atendimento da necessidade:

Foram avaliadas duas alternativas possíveis de solução para a contratação, com base nas modalidades de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021.

Solução 1: Realização de Pregão Eletrônico, modalidade indicada para a contratação de bens e serviços

comuns, nos termos do art. 28, inciso II, da referida lei. Nessa hipótese, a disputa se daria por meio de lances sucessivos e a adjudicação seria feita com base no critério de **menor preço**. Embora essa modalidade apresente celeridade processual e simplificação procedimental, sua aplicação se mostra limitada quando o objeto demanda avaliação qualitativa das propostas e análise técnica das coberturas securitárias, como ocorre nos contratos de seguro de frota, em que há variações relevantes entre as condições e abrangência das apólices ofertadas.

Solução 2: Realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços conforme o disposto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, aplicável quando há perspectiva de contratações futuras ou contratações sucessivas de objetos com características padronizáveis. Essa modalidade permite que a Administração registre os preços ofertados pelas seguradoras vencedoras, viabilizando contratações posteriores conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária, dentro do prazo de vigência da ata. Apesar de apresentar flexibilidade para aquisições futuras, a utilização do sistema de registro de preços é mais indicada para bens e serviços padronizados, de natureza contínua e previsível. No caso específico do seguro de veículos do SAMU, trata-se de contratação pontual, com cobertura integral e prazo determinado, vinculada a uma apólice única e ininterrupta, o que reduz a aplicabilidade e a conveniência do registro de preços.

Dessa forma, após análise comparativa das alternativas, conclui-se que a **realização de Pregão Eletrônico** é a modalidade mais adequada à presente contratação, por permitir a seleção da proposta mais vantajosa de forma célere, transparente e competitiva, preservando a economicidade e atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e da isonomia previstos na Lei nº 14.133/2021. Essa modalidade é a mais compatível com a natureza do objeto, que se caracteriza como serviço comum de seguro, passível de especificação objetiva e julgamento com base no menor preço, observadas as exigências técnicas mínimas e as condições regulatórias estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A contratação será formalizada mediante **instrumento de contrato administrativo**, conforme previsto no art. 89 da Lei nº 14.133/2021, o que assegura maior segurança jurídica, definição clara das obrigações entre as partes e observância dos princípios da legalidade, eficiência e economicidade. Tal modalidade contratual possibilita a adequada gestão da execução, o acompanhamento técnico e o controle financeiro, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas no edital e no termo de referência, em consonância com a disponibilidade orçamentária da Administração Pública.

Ressalta-se que, durante o levantamento, identificou-se número satisfatório de fornecedores no mercado, não havendo indícios de restrição indevida à competitividade. Ainda assim, os requisitos técnicos foram definidos com base na real necessidade da Administração, buscando evitar especificações excessivas ou desnecessárias que pudessem limitar a participação de interessados.

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VI, Lei nº 14.133/2021).

Valor estimado da contratação será R\$:84.433,75 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos)

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, VII, Lei nº 14.133/2021).

A solução definida como mais vantajosa para atender à necessidade da Administração Pública Municipal consiste na **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro para a frota de ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU**, abrangendo cobertura contra colisão, incêndio, roubo, furto, danos a terceiros e demais riscos relacionados à operação dos veículos.

A presente contratação tem por finalidade **assegurar a continuidade e a segurança das atividades assistenciais do SAMU**, protegendo o patrimônio público e garantindo a manutenção da prestação de serviços essenciais de urgência e emergência à população. A adoção de cobertura securitária visa à **mitigação de riscos e prejuízos financeiros** decorrentes de eventuais sinistros, em consonância com os princípios da **eficiência, economicidade e interesse público**, conforme preceitua o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

A solução contempla os seguintes aspectos operacionais:

- **Cobertura securitária integral** das ambulâncias pertencentes à frota do SAMU, incluindo aquelas que não foram contempladas no seguro anterior e as que foram incorporadas posteriormente ao patrimônio municipal;

- **Prestação de assistência 24 (vinte e quatro) horas**, compreendendo serviços de guincho, socorro mecânico, remoção e transporte dos veículos sinistrados, além de demais coberturas e serviços complementares previstos na apólice;
- **Atendimento técnico e administrativo eficiente** por parte da seguradora, garantindo a tramitação célere de processos de sinistro e o pronto restabelecimento da operacionalidade da frota.

A licitação será realizada na **modalidade Pregão Eletrônico**, nos termos dos arts. 28, inciso II, e 56 da Lei nº 14.133/2021, **por ser a mais adequada à natureza do objeto**, que se caracteriza como **serviço comum**, passível de descrição objetiva e comparável entre os licitantes.

A escolha do **Pregão Eletrônico** justifica-se pela sua **ampla competitividade, celeridade processual, transparência nas etapas do certame e redução de custos para a Administração Pública**, promovendo a obtenção da **proposta mais vantajosa**. O formato eletrônico ainda favorece a **participação de empresas de diferentes regiões**, aumentando o universo concorrencial e contribuindo para melhores condições comerciais.

A contratação será formalizada mediante **instrumento de contrato administrativo**, conforme o art. 89 da Lei nº 14.133/2021, assegurando segurança jurídica, clareza nas obrigações entre as partes e observância à disponibilidade orçamentária municipal.

Por fim, **não se verifica a necessidade de contratação de mais de uma empresa seguradora**, tendo em vista que a **padronização das coberturas, a uniformidade dos procedimentos administrativos e a centralização da gestão das apólices** proporcionam **maior eficiência, controle e economicidade** na execução contratual, garantindo a adequada gestão dos recursos públicos e a continuidade do serviço prestado pelo SAMU.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VIII, Lei nº 14.133/2021).

O parcelamento da contratação foi analisado à luz do disposto no art. 40, inciso I, e §1º, da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração a parcelar o objeto sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, de modo a ampliar a competitividade e evitar a concentração de mercado.

Entretanto, no caso em análise, a divisão do objeto em partes autônomas não se mostra técnica nem economicamente adequada, uma vez que o seguro da frota de ambulâncias do SAMU exige padronização de coberturas, uniformidade nas condições contratuais, gestão centralizada das apólices e tratamento administrativo unificado junto à seguradora.

A fragmentação da contratação em múltiplos lotes ou apólices distintas poderia resultar em divergência de cláusulas contratuais, variação de coberturas e prêmios, dificuldades de controle de vigências e renovações, além de aumento de custos administrativos, comprometendo a eficiência e a economicidade da gestão pública.

Ademais, a manutenção de um único contrato de seguro abrangendo a frota descrita no item 4 permite à Administração Pública maior poder de negociação, redução de custos operacionais, simplificação da gestão de sinistros e agilidade no atendimento, aspectos essenciais à natureza dos serviços de urgência e emergência prestados pelo SAMU.

Dessa forma, optou-se pela não adoção do parcelamento, por se tratar de objeto indivisível sob o ponto de vista técnico e operacional, cuja execução unificada garante maior controle, economicidade, padronização de coberturas e segurança jurídica à Administração Pública Municipal.

Será adotado como critério de julgamento o menor preço global, conforme prevista no artigo 6º, inciso XLVI, e complementada pelo artigo 46 da Lei nº 14.133/2021.

A contratação será realizada sob o regime de execução indireta, na forma de empreitada por preço global, conforme disposto nos arts. 6º, incisos XXXII e XLIV, da Lei nº 14.133/2021. Esse regime é o mais adequado, uma vez que o objeto da contratação, serviço de seguro automotivo para a frota de ambulâncias do SAMU, encontra-se plenamente definido e quantificável, sendo possível determinar previamente o valor total a ser pago pela Administração pela execução integral do contrato, sem necessidade de medições variáveis ou reajustes decorrentes de quantidades incertas.

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX, Lei nº 14.133/2021)

Com a contratação pretendida, almejam-se os seguintes resultados diretos e indiretos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência, eficácia e sustentabilidade:

- **Proteção integral da frota de ambulâncias** contra danos materiais, furto, roubo, colisão, incêndio e demais riscos previstos em apólice;
- **Redução de prejuízos financeiros e resguardo do patrimônio público municipal**, em caso de ocorrência de sinistros;
- **Garantia da continuidade dos atendimentos de urgência e emergência**, evitando interrupções nos serviços prestados à população em virtude de danos ou indisponibilidade de veículos;
- **Padronização das coberturas e simplificação da gestão contratual**, com acompanhamento técnico centralizado e atendimento ágil por parte da seguradora;
- **Maior eficiência administrativa e controle dos recursos públicos**, mediante a adoção de um contrato único, com custos previamente definidos e monitoramento transparente da execução;
- **Cumprimento dos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade fiscal**, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Esses resultados visam fortalecer a eficiência da máquina pública, promovendo um uso mais racional dos recursos disponíveis na Administração Municipal.

10 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, X, Lei nº 14.133/2021).

Previamente à formalização da contratação, a Administração adotará as seguintes providências, em conformidade com o planejamento e com os princípios da governança pública:

- Será **formalmente designado servidor público para exercer a função de fiscal do contrato**, conforme estabelece o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o qual será responsável pelo acompanhamento e verificação das entregas, atestação das notas fiscais, controle de prazos, aplicação de penalidades e interlocução com a contratada;
- **Caso necessário**, o servidor designado será **capacitado previamente quanto às obrigações contratuais, critérios de fiscalização, rotinas de acompanhamento técnico e uso dos relatórios de bilhetagem**, a fim de assegurar o pleno exercício das atribuições de fiscalização e a adequada execução contratual;
- Será garantida a **estrutura mínima de apoio administrativo** para o recebimento, guarda e conferência dos itens entregues, considerando os vasilhames, e conteúdo da embalagem.

Essas providências têm por objetivo assegurar a execução eficiente, regular e contínua do objeto contratual, com base em planejamento adequado e responsabilidade administrativa.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, XI, Lei nº 14.133/2021).

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para este objeto

12 – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro automotivo para a frota de ambulâncias do SAMU, não apresenta impactos ambientais diretos relevantes, tendo em vista tratar-se de atividade de natureza administrativo-financeira, sem envolvimento de processos produtivos, consumo expressivo de recursos naturais ou geração significativa de resíduos.

De forma indireta, a contratação contribui para a gestão ambientalmente responsável da frota pública, uma vez que o seguro automotivo inclui cobertura contra danos materiais, corporais e ambientais que possam decorrer de

sinistros, como vazamentos de combustíveis, fluidos automotivos ou outros produtos potencialmente poluentes. Dessa maneira, a medida reforça a responsabilidade socioambiental da Administração Pública e previne possíveis impactos negativos ao meio ambiente.

Adicionalmente, a contratação observa os princípios e diretrizes de sustentabilidade estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles previstos nos artigos 11 e 25, que orientam a Administração a promover contratações públicas sustentáveis, assegurando a eficiência, economicidade e proteção ambiental.

A iniciativa também está alinhada às diretrizes do Manual de Sustentabilidade da Advocacia-Geral da União (AGU), que preconiza a incorporação de critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica em todas as etapas das contratações públicas, bem como aos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que visam à redução dos impactos ambientais e ao uso racional de recursos.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação possui baixo potencial de impacto ambiental direto e alto alinhamento com os objetivos de promoção do desenvolvimento sustentável, contribuindo para uma gestão pública eficiente, responsável e comprometida com a sustentabilidade.

13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO. (18, §1º, XIII, Lei nº 14.133/2021)

Após análise técnica detalhada, a equipe de planejamento conclui que a contratação proposta é **viável, adequada e necessária** para o atendimento da demanda apresentada pelos órgãos e secretarias do Município de Anápolis, estando em conformidade com os objetivos administrativos e legais da Administração Pública.

A solução de pregão eletrônico para aquisição mostrou-se tecnicamente eficaz, operacionalmente exequível e economicamente vantajosa. Foi demonstrada, ainda, a aderência da contratação aos princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e racionalização do uso dos recursos públicos.

A contratação foi estruturada com base em levantamento de necessidades reais, pesquisa de mercado, avaliação de alternativas técnicas e definição de requisitos compatíveis com o interesse público, sem prejuízo à competitividade. Além disso, foi respeitado o planejamento orçamentário da Administração e observadas as exigências legais previstas na Lei nº 14.133/2021.

Portanto, declara-se que a contratação pretendida é **plenamente adequada para suprir a necessidade identificada**, apresentando-se como solução técnica compatível, juridicamente válida e orçamentariamente viável.

Anápolis, 17 de Outubro de 2025.

Vanessa Rosa de Oliveira Teixeira Costa
Técnico Responsável

Raquel Moreira Barros Tolentino de Araújo Goulart
Diretor

[1] Referência: Instrumento de padronização dos procedimentos de contratação – Brasília : Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimentos-de-contratacao.pdf>

[2] Acórdão nº 04557/2023 – Tribunal Pleno – TCM/GO – Processo nº: 05752/23

[3] Referência: Instrumento de padronização dos procedimentos de contratação – Brasília: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimentos-de-contratacao.pdf>



Documento assinado eletronicamente por **LARA DAYSE DE PAULA LIMIRO MARTINS**, **Diretor(a)**, em 20/10/2025, às 09:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rosa de Oliveira Teixeira Costa**, **Coordenador(a)**, em 20/10/2025, às 10:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Pereira dos Santos**, **Secretario(a)**, em 20/10/2025, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1972822** e o código CRC **402C301B**.

01108.00001994/2025-21

1972822v5

Avenida Brasil n. 200 - Bairro CENTRO - CEP 75075-210 - Anápolis - GO , Sede da Prefeitura - -
www.anapolis.go.gov.br

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO ANÁPOLIS E XXX, COM VISTA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS SEGURO VEICULAR PARA ATENDIMENTO DA FROTA DO SAMU 192, EM FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.067.479/0001-46, com sede na Rua Capitão Silvério, nº 01, Vila Santana, Anápolis – GO, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde JAQUELINE GONÇALVES ROCHA DE OLIVEIRA, assistida juridicamente pela Procuradoria-Geral do Município;

CONTRATADO: XXX, pessoa XXX, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, sediada à XXX, por intermédio de seus REPRESENTANTES LEGAIS abaixo assinados;

RESOLVEM, conforme Solicitação SIM 000227/2025 da Secretaria Municipal de Saúde, constante no Processo SEI nº 01108.00001994/2025-21 e no Processo SIM XXX, celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. É objeto deste termo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns em seguro veicular com condutor indeterminado, no período de 12 (doze) meses de cobertura, para atendimento das ambulâncias que compõem a frota do SAMU 192, conforme especificações do Anexo XXX do Edital do Pregão Eletrônico nº XXX.

1.2. São os veículos segurados por meio do presente contrato, pertencentes ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 06.169.881/0001-55:

ITEM	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
1	RENAULT-MASTER FURGÃO GRAND 2.3 16V DCI - AMB	2024/2025	93YF62004SJ926192	TGD8J63
2	RENAULT-MASTER FURGÃO GRAND 2.3 16V DCI - AMB	2024/2025	93YF62004SJ926211	TGE1U03
3	RENAULT-MASTER FURGÃO GRAND 2.3 16V DCI - AMB	2024/2025	93YF62004SJ936189	TFA1C33
4	RENAULT-MASTER FURGÃO GRAND 2.3 16V DCI - AMB	2024/2025	93YF62004SJ926208	TFA1C43
5	RENAULT - MASTER FURGÃO VITRE EXTRA 2.3 16V DCI	2023/2024	93YF62004SJ926208	RBK1J53
6	I/M.BENZ 417 FLASH AMB	2024/2025	8AC907643SE258219	TFD9D92

1.3. O seguro veicular contratado deverá fornecer cobertura securitária integral para os veículos contemplados, observando, no mínimo, as seguintes garantias:

I. Danos ao veículo segurado (colisão, incêndio, perda total e parcial) — cobertura ampla para danos materiais ao veículo segurado, roubo e furto (simples e qualificado);

II. Contra fenômenos da natureza – Danos causados por eventos naturais, como alagamentos, queda de árvores e outros;

III. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) — danos materiais e corporais a terceiros;

IV. Acidentes pessoais por passageiro (APP) — cobertura por morte e invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito a bordo da ambulância, com limites por pessoa e danos a terceiros decorrentes de atividade operacional (por exemplo, lesões de pacientes durante transporte);

V. Assistência 24 horas nacional — guincho, reboque, transporte de veículos, socorro em pane, chaveiro, traslado para condutor, troca de pneus, entre outros serviços emergenciais;

VI. Despesas extraordinárias — remoção, salvamentos, transporte de pacientes afetados pelo sinistro (quando pertinentes);

VII. Cobertura básica e acessórios — abrangendo substituição ou reparo de casco e demais superfícies, faróis, lanternas, entre outros;

VIII. Extensão territorial — cobertura em todo o território nacional, inclusive em rodovias federais/estadual quando ambulâncias atuam em atendimento de urgência intermunicipal.

PARÁGRAFO ÚNICO — Os detalhamentos de cada cobertura estão descritos no Termo de Referência anexo ao Edital e a este contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor da contratação é de **R\$ XXX (XXX)**, conforme proposta apresentada pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Fonte de Recurso: **131.020.**

3.2. Elemento de despesa: **3.3.90.39.**

3.2. Dotação Orçamentária: **10.302.1117.2745.**

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. São obrigações do CONTRATADO:

a) Manter inalterados os preços e condições propostas, bem como as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

b) Entregar o objeto acompanhado da relação da rede de assistência técnica autorizada

c) Atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste contrato;

d) Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da aquisição de bens e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;

e) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionado ao objeto, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

f) Emitir a apólice seguro no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de assinatura deste contrato;

g) Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações;

h) Segurar, contra prejuízos devidamente comprovados, as coberturas no Termo de Referência, até o limite

das respectivas importâncias seguradas, independentemente da localização da ocorrência do sinistro, valendo a cobertura para qualquer parte do Território Nacional;

i) Fornecer serviço de guincho para o veículo segurado, quando a ocorrência de sinistro ou problemas mecânicos que fique impossibilitado de rodar, transportando-o até a oficina indicada pela CONTRATANTE ou credenciada pela CONTRATADA, em todo território nacional;

j) Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas aos veículos cobertos pelo seguro em todo território nacional;

k) Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE sob os seus cuidados profissionais, obedecendo rigorosamente às normas que regem os exercícios da profissão, cabendo-lhe exclusiva responsabilidade por eventuais transgressões;

l) Não transferir, total ou parcialmente, a execução do objeto, sem o prévio consentimento e autorização do CONTRATANTE;

m) Assumir exclusiva e integralmente a responsabilidade pelos encargos decorrentes da mão de obra utilizada, em especial, os trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários, não se estabelecendo qualquer vínculo do seu pessoal com o CONTRATANTE e comprovar Sucursal na Capital através do CNPJ;

n) Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação exigidas no respectivo Edital;

o) Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer ocorrência ou registro de situações que possam comprometer a regularidade das suas atividades;

p) Comunicar qualquer discordância ou mudanças, no veículo, antes, durante após a prestação do serviço, que apresentem ressalvas para condições de utilização;

q) Exercer controle sobre a assiduidade e pontualidade dos serviços de conserto ou reparos;

r) Emitir todas as apólices, tão logo for emitida a nota de empenho ou criar uma apólice, em que esta inicia na data de publicação do contrato;

s) Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, serão desconsideradas quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com o objeto deste seguro.

t) Demais obrigações resultantes da observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e das estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº XXX.

4.2. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato e os Anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº XXX;

b) Efetuar os pagamentos devidos no prazo e nas condições estipuladas neste contrato e nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº XXX;

c) Comunicar à (s) empresa (s) vencedora(s) toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição do objeto.

d) Acompanhar e fiscalizar os serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste contrato;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

f) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- g)** Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- h)** Garantir que os veículos só sejam conduzidos ou operados por servidores/prestadores que possuam as licenças CNHs com as devidas categorias, bem como não sejam operados ou conduzidos por servidores/prestadores não autorizados;
- i)** Comunicar imediatamente quaisquer ocorrências danosas aos veículos ou avarias a vidas pela execução do serviço;
- j)** Aplicar à Contratada as sanções regulamentares, caso necessário.
- k)** Demais obrigações resultantes da observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e das estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº XXX.

CLÁUSULA QUINTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. A execução do objeto ocorrerá mediante emissão de apólice de seguro veicular, conforme especificações constantes neste contrato, no Termo de Referência e na proposta do CONTRATADO.

5.2. O prazo para emissão da apólice será de até 15 (quinze) dias, contados da emissão e envio da Ordem de Serviço.

5.3. A apólice deverá possuir vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua emissão, devendo conter todas as informações necessárias para:

- a)** Identificação completa da seguradora;
- b)** Número da apólice;
- c)** Dados do veículo segurado;
- d)** Coberturas contratadas;
- e)** Valores de franquia;
- f)** Canais oficiais de atendimento e acionamento de sinistro;
- g)** Procedimentos para comunicação de ocorrência.

5.4. A apólice deverá ser encaminhada para o endereço Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2052, Quadra 38, Lotes 10 a 15, JK Nova Capital, Anápolis – GO, CEP: 75114-225, Telefone (62) 3902-6300.

5.5. Deverá, obrigatoriamente, ser encaminhada versão digital da apólice para os endereços eletrônicos institucionais 'samu@anapolis.go.gov.br' e 'fahuanny@anapolis.go.gov.br'.

5.6. Caso não seja possível a emissão da apólice no prazo estipulado, o CONTRATADO deverá comunicar formalmente as razões justificadoras antes do término do prazo, para análise da CONTRATANTE, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

5.7. A garantia do objeto corresponde à própria vigência contratual da apólice, sendo regida pelas condições gerais do contrato de seguro e pela legislação aplicável ao setor securitário.

5.8. Aplicam-se, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), especialmente quanto à responsabilidade pela adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 48.980/2023, e cada parte responderá

pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6. As responsabilidades dos fiscais e gestores do contrato estão definidas em suas respectivas portarias de nomeação e no Anexo XXX do Edital de Pregão Eletrônico nº XXX.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade como o Protocolo ICMS 042 de 03 de Julho de 2009 a qual estabelece a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-E) sendo que no campo das observações deverá constar o número da Autorização de Compra (NOTA DE EMPENHO) bem como o número do Pregão Eletrônico e do processo de pagamento.

7.2. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

7.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

7.4. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.5. Constatada irregularidade fiscal, o CONTRATADO será notificado para regularização ou apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.6. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE comunicará aos órgãos competentes e adotará as providências cabíveis, inclusive a eventual rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.7. Havendo execução regular do objeto, os pagamentos poderão ser realizados até a decisão definitiva quanto à rescisão contratual.

7.8. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme art. 66 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

7.9. Em caso de atraso imputável à CONTRATANTE, os valores devidos serão atualizados monetariamente com base no índice IPCA/IBGE, desde o término do prazo de pagamento até a data da efetiva quitação.

7.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pelo CONTRATADO.

7.11. Considera-se como data do pagamento aquela em que for emitida a ordem bancária.

7.12. No pagamento serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

7.13. As demais condições para pagamento estão descritas no Anexo XXX do Edital de Pregão Eletrônico nº XXX.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE

8.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de notificação do termo de início do fornecimento, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. O valor do contrato poderá ser alterado de acordo com a necessidade da CONTRATANTE em até 25%, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021;

8.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

8.4. Após o período definido no item 8.3., o valor do contrato poderá ser reajustado anualmente nos termos da Lei e será realizado conforme o IPCA/IBGE.

8.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.6. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo/apostilamento.

8.8. A CONTRATANTE deve responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA – DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULOS

9.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante a vigência do contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade para os valores ofertados no Certame;

9.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer;

9.3. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento GRU, devendo a empresa enviar recibo ao departamento financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, sendo essa comunicação podendo ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MEDIÇÃO E DO RECEBIMENTO

10.1. Compete ao CONTRATADO a função da entrega, correndo por sua conta o risco da operação, inclusive os fretes, embalagens, carga e descarga.

10.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Edital de Pregão de Eletrônico nº XXX e na proposta do CONTRATADO.

10.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital de Pregão de Eletrônico nº XXX e na proposta do CONTRATADO, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

10.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deve-se comunicar ao CONTRATADO para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.8. O prazo para a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.10. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do CONTRATADO e são condição para o recebimento do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. O presente contrato poderá ser extinto pela CONTRATANTE, através de interpelação extrajudicial, sem que o CONTRATADO tenha direito a qualquer indenização assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses de:

a) descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

c) lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de conclusão da execução do objeto, no prazo estipulado;

d) atraso injustificado no início da execução do objeto deste;

e) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

f) decretação de falência, a instauração de insolvência civil ou dissolução da Sociedade, a alteração social ou modificação da finalidade ou de estrutura do CONTRATADO, que prejudique a execução do contrato;

11.2. O presente contrato poderá ainda, ser extinto, por mútuo acordo, atendida a conveniência da CONTRATANTE, mediante autorização expressa e fundamentada desta, tendo o CONTRATADO direito de receber o valor dos serviços prestados.

11.3. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de

obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

11.4. Quando a extinção do contrato ocorrer com base nos incisos VIII e §2º do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

PARÁGRAFO ÚNICO –A extinção contrato se dará sempre por ato motivado, respeitando o devido procedimento administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa ao sublocador.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e seus anexos, o CONTRATANTE, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará ao CONTRATADO, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, de forma gradativa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I – descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave;

II – inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da CONTRATANTE, quando não se justificar sanção mais grave.

12.4. Considera-se de pequena relevância o descumprimento de obrigações instrumentais ou formais que não impactem objetivamente a execução do contrato nem causem prejuízos à CONTRATANTE.

12.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, observado que:

I – a aplicação da multa será precedida do contraditório e da ampla defesa;

II – a multa moratória poderá ser convertida em compensatória, cumulando-se com a extinção unilateral do contrato e outras sanções legais.

12.6. As multas poderão, ainda, ser especificadas conforme o seguinte:

- 12.6.1.** Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia útil de atraso, sobre o valor do saldo não atendido;
- 12.6.2.** Multa administrativa de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme a gravidade da infração;
- 12.6.3.** Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do contrato.
- 12.7.** As multas não têm caráter compensatório e não eximem o CONTRATADO das perdas e danos.
- 12.8.** Nas reincidências, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitado o limite legal.
- 12.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido pela CONTRATANTE, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 12.10.** A multa poderá ser descontada de pagamentos devidos em outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.
- 12.11.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o CONTRATADO à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório.
- 12.12.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.13.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada quando não se justificar sanção mais grave, nos seguintes casos:
- I – inexecução parcial de gravidade relevante ou que cause grave dano à CONTRATANTE;
 - II – inexecução total do contrato;
 - III – não entrega da documentação exigida;
 - IV – não manutenção da proposta;
 - V – não celebração do contrato quando convocado;
 - VI – retardamento injustificado da execução ou entrega do objeto.
- 12.14.** Considera-se inexecução total:
- I – a recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação;
 - II – a recusa injustificada em assinar contrato, ata de registro de preços ou instrumento equivalente.
- 12.15.** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Anápolis pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 12.16.** Evidenciada a inexecução ou o retardamento do contrato:
- I – o CONTRATADO será intimado a apresentar justificativa no prazo de 02 (dois) dias úteis;
 - II – a justificativa será analisada pela autoridade competente;
 - III – rejeitada a justificativa, será instaurado processo de apuração de responsabilidade;
 - IV – poderá ser concedido prazo de até 10 (dez) dias úteis para adequação da execução contratual.
- 12.17.** A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada quando o CONTRATADO:
- I – apresentar documentação ou declaração falsa;
 - II – fraudar a licitação ou o contrato;
 - III – praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
 - IV – cometer atos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

12.18. A declaração de inidoneidade impedirá o sancionado de licitar ou contratar com o Município de Anápolis pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

12.19. O cometimento de mais de uma infração sujeitará o infrator à sanção mais grave, considerando-se as demais como circunstância agravante.

12.20. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, inclusive com multa.

12.21. A aplicação das sanções não afasta o direito da Administração de rescindir unilateralmente o contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO DO EDITAL

13.1. O presente contrato fundamenta-se nas Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto Municipal nº 48.980/2023, nos preceitos de direito público, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Código Civil Brasileiro, e vincula-se ao Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº XXX, bem como à proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

14.1. Fica assegurado o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de extinção administrativa prevista no Art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo esta promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento dos serviços prestado pelo CONTRATADO, evitando que a extinção acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anápolis, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento contratual.

Por estarem de acordo, firmam as partes o presente instrumento, para que se produzam seus devidos e legais efeitos.

Anápolis – GO, assinado e datado digitalmente.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS
JAQUELINE GONÇALVES ROCHA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

CONTRATADO:

XXX

NOME: _____

CPF: _____

CARGO: _____



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL ELIAS FERREIRA BATISTA**, **Agente Administrativo**, em 31/03/2026, às 17:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2317001** e o código CRC **61102DDA**.